

Atravessadores E Precarização Ribeirinha: A Intermediação Comercial E A Invisibilidade Dos Produtores Na Cadeia Agroextrativista Amazônica

Eloane Almeida¹; Andrea Lanza Cordeiro De Souza².

(Aluna De Graduação Da Escola Superior De Ciências Sociais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)¹ (Professora Adjunto Da Escola Superior De Ciências Sociais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)²

Resumo:

A Amazônia, embora rica em biodiversidade, convive com profundas desigualdades econômicas e territoriais. Este artigo analisa criticamente a atuação dos atravessadores na cadeia do agro-extrativismo, destacando os impactos negativos sobre as comunidades ribeirinhas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada em revisão sistemática da literatura, investiga três fases históricas do desenvolvimento amazônico para evidenciar a persistência da intermediação predatória. A ausência de políticas públicas eficazes e de infraestrutura fortalece a dependência dos produtores locais. Com base na Economia Solidária, na Administração Pública e na Sociologia Econômica, propõem-se alternativas de organização que promovam autonomia e justiça econômica.

Palavras-chave: Amazônia; atravessadores; agroextrativismo; economia solidária; comunidades ribeirinhas.

Date of Submission: 10-07-2025

Date of Acceptance: 20-07-2025

I. Introdução

As populações ribeirinhas da Amazônia ocupam, historicamente, uma posição paradoxal no cenário econômico brasileiro. Embora sejam responsáveis pela coleta de insumos valiosos da floresta, como a castanha-do-brasil, o açaí e o óleo de copaíba, seguem excluídos dos ganhos gerados por esses produtos. Essa exclusão é sustentada por relações assimétricas que se perpetuam por meio de estruturas de intermediação desiguais.

Dentre os principais agentes dessas estruturas está o atravessador, que, em vez de facilitar uma circulação justa da produção, contribui para a concentração de renda e reforça desigualdades. Naturalizado na economia amazônica, o atravessador atua em um sistema que fragiliza o produtor, limitando seu poder de negociação e impondo preços abaixo do mercado. Essa realidade é agravada pela ausência do Estado em áreas estratégicas, como infraestrutura, acesso a crédito e apoio técnico. Com isso, os ribeirinhos tornam-se dependentes de intermediários, sendo os que menos se beneficiam economicamente da floresta que ajudam a preservar. A permanência dessa lógica é observada desde o ciclo da borracha, passando pela Zona Franca de Manaus até a atual valorização da sociobiodiversidade, sempre com a marginalização dos povos tradicionais.

O atravessador, embora naturalizado na economia amazônica, atua em um sistema que fragiliza os produtores locais, limitando seu poder de negociação e impondo preços inferiores ao valor real de mercado. Essa situação se agrava diante da ausência do Estado em áreas essenciais como infraestrutura, acesso a crédito e apoio técnico, o que reforça a dependência dos ribeirinhos em relação aos intermediários. Historicamente, essa lógica de exploração permanece desde o ciclo da borracha, passando pela implantação da Zona Franca de Manaus, até o contexto atual de valorização da sociobiodiversidade, perpetuando a marginalização dos povos tradicionais.

A geógrafa Bertha Becker (2004, p. 12) ressalta que “a Amazônia tem sido vista como uma fronteira de recursos a serem apropriados, e não como um território de gente, cultura e diversidade”. Essa visão instrumentalizada sustenta a permanência das estruturas excludentes que impedem os ribeirinhos de usufruírem dos ganhos gerados por sua produção. Em consonância, Neca Machado (2010, p. 57) destaca que “os sistemas extrativistas da floresta precisam de políticas que respeitem os saberes tradicionais e rompam com a lógica colonial que insiste em manter o lucro fora do território”. Esses referenciais teóricos são fundamentais para entender os entraves estruturais que dificultam a justiça econômica e para pensar alternativas que promovam maior autonomia às comunidades extrativistas.

A pesquisa propõe uma análise crítica da intermediação predatória que marca o agro-extrativismo amazônico. A partir da Economia Solidária, da Administração e da Sociologia Econômica, busca-se compreender os impactos dessa lógica e sugerir caminhos que promovam justiça econômica e sustentabilidade. Mais que teoria, este trabalho pretende contribuir com reflexões a serem aplicadas na formulação de políticas públicas que valorizem e empoderem os povos da floresta.

II. Revisão Da Literatura

Economia Extrativista Amazônica: Histórico e Estruturação

A economia extrativista da Amazônia tem raízes profundas na formação histórica da região, articulando-se de maneira complexa com os ciclos econômicos globais e com a exploração dos recursos naturais desde os períodos coloniais. O modelo extrativista, centrado inicialmente na coleta de produtos nativos como a canela, o cacau e, posteriormente, a borracha, moldou não apenas as dinâmicas econômicas, mas também os padrões de ocupação e organização social amazônicos (Silva, 2020).

Durante os séculos XVII e XVIII, a exploração da canela-de-ema e do cacau silvestre, ambos produtos de interesse da Coroa portuguesa, evidenciava o papel estratégico da Amazônia na economia colonial. Com a instalação de missões e o uso da mão de obra indígena, constituiu-se um sistema produtivo voltado à exportação, ainda que frágil e sujeito às flutuações do mercado europeu (Souza; Furtado, 2021).

O auge da economia extrativista ocorreu com o Ciclo da Borracha (1870-1912), quando a Amazônia passou a ocupar papel central no abastecimento mundial de látex. Este período provocou transformações significativas na estrutura socioeconômica regional, incluindo a urbanização de cidades como Manaus e Belém, a migração forçada de nordestinos e a intensificação da exploração dos trabalhadores ribeirinhos e indígenas. (CASTRO, 2021).

A extração era baseada em relações de trabalho marcadas pela dependência e pelo endividamento, o chamado aviamento ou regatão, sistema que perpetuava a desigualdade e o controle dos atravessadores sobre os seringueiros, o que de certo modo configurava uma realidade comum para o caboclo. (ALMEIDA, 2017).

Contudo, a economia extrativista amazônica, ainda que baseada na coleta de produtos florestais, não se configurou como uma atividade homogênea ou passiva. Os ribeirinhos desenvolveram estratégias de manejo, conhecimentos tradicionais e redes de sociabilidade que permitiram a sua sobrevivência e a adaptação às pressões externas (Ferreira, 2020). Esse modo de vida revela uma profunda interdependência entre as populações locais e o ambiente, configurando um tipo específico de territorialidade (Ribeiro, 2018).

Na contemporaneidade, a economia extrativista enfrenta múltiplos desafios, como a desvalorização dos produtos da sociobiodiversidade, a ação predatória de atravessadores e a fragilidade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia local. A ausência de infraestrutura, de crédito e de acesso direto ao mercado são fatores que comprometem a sustentabilidade econômica das comunidades tradicionais (Silva, 2020).

Dessa forma, repensar a economia extrativista amazônica exige a valorização dos saberes tradicionais, o fortalecimento das organizações comunitárias e a criação de políticas públicas que garantam justiça econômica e autonomia às populações ribeirinhas, articulando conservação ambiental e desenvolvimento regional.

Intermediação Comercial e Atravessadores

A intermediação comercial realizada por atravessadores é uma prática recorrente nas cadeias produtivas da Amazônia e, em especial, no estado do Amazonas. Essa figura, muitas vezes necessária em razão das dificuldades logísticas da região, atua como elo entre os produtores locais — majoritariamente ribeirinhos, extrativistas ou agricultores familiares — e os centros urbanos consumidores. No entanto, essa intermediação acaba por concentrar lucros nas mãos de poucos, enquanto os produtores permanecem com baixa margem de renda e pouco controle sobre o valor final de seus produtos.

No município de Tefé, por exemplo, a comercialização da castanha-do-brasil é uma das principais atividades extrativistas. Contudo, a presença de atravessadores que compram a produção diretamente nas comunidades e a revendem em centros urbanos limita a autonomia dos extrativistas e reduz significativamente seus ganhos. Um estudo conduzido por Silva et al. (2019) demonstra que os preços são definidos unilateralmente pelos atravessadores, o que compromete a justiça econômica na cadeia produtiva da castanha.

De forma semelhante, a comercialização do pescado em Manaus evidencia uma cadeia dominada por intermediários. De acordo com Batista (1998), o pescado capturado por pescadores artesanais percorre um caminho complexo até chegar ao consumidor final, passando por diversos atravessadores. O estudo mostra que esse processo reduz os ganhos dos pescadores e aumenta o preço final do peixe nas feiras e mercados da capital amazonense. Outro exemplo significativo é a cadeia de produção e comercialização do tucumã, fruto tradicionalmente consumido no Amazonas.

Conforme Silva (2014), os produtores rurais vendem o fruto para intermediários que controlam a distribuição para feiras e supermercados em Manaus. Embora essa prática facilite a chegada do produto ao consumidor, ela também impede que os produtores obtenham maior lucro ou tenham autonomia sobre os preços.

No setor de peixes ornamentais, explorado por diversas comunidades ribeirinhas amazônicas, os atravessadores exercem papel fundamental como canais de ligação entre pescadores e mercados nacionais e internacionais, ainda apontam que, apesar de contribuírem para a exportação desses produtos, os intermediários impõem preços que pouco valorizam o esforço e o conhecimento ecológico dos pescadores locais, especialmente em municípios como Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, onde essa atividade é fonte principal de renda, destaque-se que ainda em Tefé, a pesca do peixe liso apresenta uma dinâmica semelhante. (SOUZA et al., 2021).

Segundo (Santos et al., 2019), os atravessadores financiam parte da produção, oferecendo equipamentos e transporte, mas acabam impondo condições desfavoráveis de compra e venda. Isso enfraquece o poder de negociação dos pescadores e limita sua capacidade de comercialização direta.

Diante desses contextos, é evidente que a figura do atravessador, embora importante em algumas circunstâncias, representa um desafio ao desenvolvimento sustentável e à valorização das economias tradicionais. Para mitigar os impactos negativos dessa intermediação, é essencial fomentar políticas públicas que incentivem a comercialização direta, a formação de cooperativas, o acesso a feiras e mercados institucionais, além de estratégias de educação financeira e técnica para os produtores da sociobiodiversidade amazônica.

Gestão de Cadeias Produtivas Sustentáveis em Territórios Periféricos

A gestão de cadeias produtivas sustentáveis em territórios periféricos representa uma alternativa estratégica para o fortalecimento socioeconômico de comunidades tradicionalmente marginalizadas, como ribeirinhos, agricultores familiares, indígenas e populações urbanas periféricas. Esses territórios, muitas vezes situados fora dos grandes centros de decisão econômica, enfrentam dificuldades logísticas, baixa infraestrutura, falta de acesso a políticas públicas e exclusão dos mercados convencionais. A estruturação de cadeias produtivas sustentáveis nesses contextos busca transformar essa realidade por meio de práticas mais justas, solidárias e ambientalmente responsáveis.

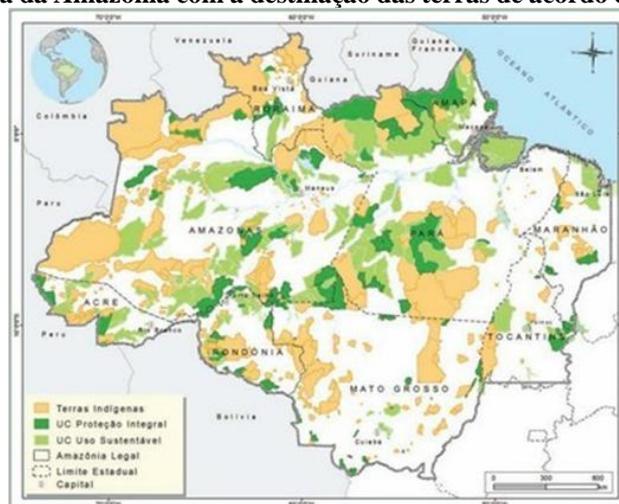
Segundo Lemos (2011), no estudo sobre cadeias produtivas solidárias no Baixo Sul da Bahia, a gestão participativa dos processos produtivos, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento da economia solidária foram determinantes para a melhoria dos indicadores sociais das comunidades envolvidas. Os resultados revelaram que, com suporte técnico, acesso a crédito e canais de comercialização adequados, pequenos produtores podem não apenas competir em mercados mais amplos, mas também gerar impactos positivos em seu território.

De acordo com Salgado (2021), na Amazônia, os desafios são amplificados pela dimensão geográfica e pela dependência de atividades extrativistas e agroflorestais. Vale destacar ainda que ao estudar as cadeias do açaí e do peixe em Abaetetuba-PA, aponta que a sustentabilidade dessas cadeias depende de um equilíbrio entre a conservação ambiental e a geração de renda local. Embora os atravessadores ainda exerçam forte influência, a pesquisa destaca que consumidores demonstram crescente interesse por produtos com origem sustentável e rastreável, o que pode abrir novos mercados para produtores locais organizados em cooperativas ou associações.

Experiências do estado do Acre também são exemplos de sucesso. Conforme analisado por Brose (2016), a cadeia produtiva da castanha-do-brasil foi reestruturada a partir de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de cadeias locais com foco na sustentabilidade ambiental e inclusão social. A mobilização social, a criação de cooperativas e a articulação com organizações não-governamentais contribuíram para melhorar as condições de trabalho, aumentar os lucros dos produtores e conservar a floresta. Além disso, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, têm possibilitado a inserção de produtos de territórios periféricos em mercados institucionais, contribuindo para a segurança alimentar e o fortalecimento da economia local, como mostram estudos de Lima (2020).

Portanto, a gestão de cadeias produtivas sustentáveis em territórios periféricos exige articulação multissetorial, participação comunitária, políticas públicas eficazes e respeito aos saberes e práticas locais, no qual se apresenta como uma poderosa ferramenta de inclusão social e conservação ambiental.

Figura 1 – Mapa da Amazônia com a destinação das terras de acordo com as atividades.



Fonte: ISA e Imazon, 2011 apud Imazom, 2025.

Recorte Temporal da Análise Histórica.

Ciclo da Borracha

Durante o Ciclo da Borracha, que teve seu auge entre o final do século XIX e o início do século XX, a Amazônia passou por uma intensa exploração do látex. Esse período impulsionou o crescimento urbano de cidades como Manaus e Belém, que se tornaram centros de exportação da borracha. No entanto, a riqueza gerada pela atividade não se refletiu na qualidade de vida dos trabalhadores dos seringais, que enfrentavam condições precárias e um sistema econômico baseado na dependência e exploração.

O sistema de aviamento foi o principal modelo de organização comercial na região. Nesse sistema, os patrões seringalistas forneciam aos seringueiros mercadorias, alimentos e ferramentas, que seriam pagas com a produção do látex. Esse modelo consolidava uma relação de dependência econômica e endividamento, impossibilitando a ascensão social dos trabalhadores. Nesse contexto, surge a figura do regatão, atravessador que navegava pelos rios amazônicos comercializando produtos com populações ribeirinhas.

Os regatões desempenhavam um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que facilitavam o acesso a mercadorias para comunidades isoladas, também exploravam a falta de alternativas de comercialização justa. Eles trocavam produtos industriais por borracha e outros recursos naturais a preços desvantajosos para os seringueiros. Essa prática acentuava a desigualdade econômica, mas também criava brechas para que alguns caboclos resistissem ao monopólio dos patrões.

Estudos como o de David McGrath (2000) destacam que os regatões eram vistos ora como heróis que levavam "civilização" ao interior, ora como atravessadores oportunistas. A dualidade da figura do regatão reflete a complexidade da economia de subsistência e da intermediação comercial na Amazônia. O regatão também era, muitas vezes, o único elo entre os ribeirinhos e o mercado, desempenhando função econômica e social central.

Apesar do fim do ciclo da borracha, os efeitos do aviamento e da atuação dos atravessadores perduraram. Em muitas regiões, os sistemas de intermediação comercial se mantiveram praticamente inalterados, adaptando-se a novas cadeias produtivas como a da castanha, pescado e madeira. A lógica da exploração por meio da dependência comercial se enraizou na cultura econômica amazônica.

Por fim, a figura do regatão, como atravessador, se tornou um elemento simbólico da história econômica da Amazônia, representando tanto a resistência cabocla quanto a permanência das desigualdades estruturais. Sua atuação nos seringais revela como a intermediação comercial pode ser instrumento de domínio, mas também de sobrevivência diante da ausência do Estado e das instituições.

Zona Franca de Manaus

Com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967, o Estado do Amazonas passou a vivenciar um novo ciclo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização e incentivos fiscais. O modelo visava integrar a região ao restante do país, gerando empregos e reduzindo as desigualdades regionais. No entanto, a economia da ZFM ficou fortemente concentrada na capital, deixando grande parte do interior marginalizado.

A implantação da ZFM trouxe modernização, mas também aprofundou a centralização econômica. Pequenos produtores rurais e extrativistas continuaram sem acesso direto ao mercado consumidor, o que favoreceu a permanência dos atravessadores. Mesmo com a expansão da infraestrutura, comunidades ribeirinhas ainda dependiam dos regatões ou novos atravessadores para escoar sua produção, agora com novos produtos como pescado e artesanato.

Segundo Menezes (2010), a desconexão entre a política industrial da ZFM e a realidade das cadeias produtivas tradicionais criou um espaço onde os atravessadores se fortaleceram. Eles passaram a atuar como intermediários entre as comunidades e os mercados urbanos, cobrando altos preços pelo transporte e pela intermediação. Essa prática perpetuou um modelo extrativista de baixo retorno financeiro para o produtor.

Mesmo com projetos de inclusão produtiva rural, como o Programa Zona Franca Verde (Proderam) e os programas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), as iniciativas se mostraram insuficientes para eliminar os atravessadores. A logística precária e a ausência de cooperativas bem estruturadas dificultaram a comercialização direta. Assim, os atravessadores modernos se consolidaram, agora muitas vezes sob a forma de atravessadores empresariais.

A permanência dessa intermediação comercial mostra que o modelo de desenvolvimento adotado com a Zona Franca de Manaus (ZFM) não conseguiu democratizar a economia do Amazonas. As desigualdades regionais se mantiveram, e a figura do atravessador continuou sendo elemento fundamental para o funcionamento das cadeias produtivas periféricas.

Portanto, mesmo no período de industrialização, a economia amazônica continuou pautada por relações de dependência. Atravessadores adaptaram-se aos novos tempos, mas mantiveram seu papel central nas trocas comerciais entre interior e capital. Essa realidade demonstra que o desenvolvimento econômico não foi capaz, por si só, de romper com as lógicas históricas de exploração.

Governo Amazonino Mendes (1987–1990)

O primeiro governo de Amazonino Mendes no Estado do Amazonas (1987–1990) coincidiu com uma fase de rearticulação institucional no Brasil pós-ditadura militar, momento em que se abria espaço para uma maior descentralização das decisões políticas e econômicas. Nesse contexto, Amazonino adotou uma postura de reforço ao modelo de desenvolvimento já vigente, ancorado na Zona Franca de Manaus (ZFM), mas sem reestruturar as assimetrias históricas entre capital e interior, configurando dessa forma, um importante elemento de transição econômica política alicerçada no modelo ZFM, buscando construir bases de empoderamento do caboclo amazônida. Os demais governos seguiram a linha de movimentação econômica vigente.

Embora o governo tenha promovido importantes obras de infraestrutura urbana em Manaus — como ampliação de escolas, hospitais, redes viárias e programas habitacionais —, o interior do estado, especialmente as comunidades ribeirinhas e extrativistas, permaneceu excluído da maioria das políticas públicas estruturantes. Conforme destaca a Fundação Getúlio Vargas (2018), o modelo da ZFM favorece fortemente o setor industrial, com incentivos fiscais que atraíam empresas de fora, mas não dialogavam com a realidade socioeconômica da população amazônida tradicional.

Ainda que o governo estadual tenha lançado algumas iniciativas voltadas ao interior, como barcos-hospitais, ampliação da presença do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas), investimentos pontuais em portos fluviais e tentativas de melhorar a logística rural, essas ações eram fragmentadas e assistencialistas. Faltou uma política de desenvolvimento regional que promovesse efetiva inclusão econômica das cadeias produtivas locais. Como mostram os estudos de Costa (2010) e SUDAM (2005), o interior continuava sendo visto como periferia econômica, cuja função era apenas fornecer recursos naturais e força de trabalho.

Essa ausência de protagonismo estatal nas áreas ribeirinhas abriu ainda mais espaço para a ação dos atravessadores. Herdando práticas do antigo sistema de aviamento, esses intermediários — agora sob formas mais modernas e, muitas vezes, empresariais — continuaram a explorar a falta de acesso das comunidades aos mercados urbanos. Menezes (2010) evidencia que os atravessadores se tornaram atores centrais na cadeia produtiva, operando como elos quase inevitáveis entre os produtores e os compradores finais, determinando preços, controlando o transporte e impondo suas condições comerciais.

A atuação desses agentes se baseava, sobretudo, em três pilares: (1) a precariedade logística do interior; (2) a ausência de cooperativas organizadas e eficientes; e (3) a inexistência de políticas públicas para promover a comercialização direta da produção ribeirinha. Apesar da retórica desenvolvimentista do governo estadual, os investimentos continuaram concentrados em Manaus, reforçando um ciclo de dependência econômica e invisibilidade política dos povos tradicionais amazônicos.

Em termos de propostas para o desenvolvimento regional, o governo de Amazonino prometeu planos de interiorização da ZFM e descentralização dos benefícios econômicos, mas tais promessas se perderam em meio à centralização administrativa e à falta de continuidade. O discurso de integração regional se mostrou frágil frente à prática política, que continuava a privilegiar a capital como pólo absoluto do poder econômico e decisório. A realidade era que, fora da capital, os atravessadores eram os principais — e muitas vezes únicos — canais de acesso ao mercado para produtos como borracha, castanha, peixe, madeira e artesanato.

Essa estrutura concentradora e excludente se refletiu na perpetuação das desigualdades regionais. A ausência de uma visão estratégica para o interior transformou o governo Amazonino Mendes em mais um capítulo de uma longa história de políticas públicas que reforçam a subordinação econômica das comunidades amazônicas. A promessa de modernização foi, na prática, um processo de aprofundamento das assimetrias: enquanto Manaus se modernizava sob o escudo da ZFM, o interior permanecia imerso em uma economia de subsistência marcada por relações informais e atravessadas por práticas de exploração.

Portanto, o período de 1987 a 1990 pode ser caracterizado como um momento em que o desenvolvimento econômico, embora real em termos urbanos, não foi democratizado em termos territoriais. A figura do atravessador, longe de ser eliminada, foi consolidada e até fortalecida como estrutura informal que substituiu a ausência do Estado. Esse quadro revela a fragilidade de um modelo de crescimento que ignora as complexidades sociais e culturais da Amazônia profunda, e que, ao fazê-lo, perpetua a desigualdade histórica que marca a relação entre o centro urbano e os territórios ribeirinhos.

Segundo Governo de Amazonino Mendes e o projeto Terceiro Ciclo.

O segundo governo de Amazonino Mendes no Amazonas (1995–1998) foi marcado por esforços estratégicos para promover o desenvolvimento regional, especialmente no interior do estado, por meio do **Projeto Terceiro Ciclo de Desenvolvimento do Amazonas (grifo nosso)**. Esse projeto foi concebido para enfrentar as desigualdades históricas causadas pela concentração de investimentos em Manaus, que contribuem para a perpetuação da influência dos atravessadores como intermediários dominantes nas cadeias produtivas das comunidades ribeirinhas.

O Terceiro Ciclo buscou promover a interiorização do desenvolvimento, priorizando ações que

umentassem a autonomia econômica das populações tradicionais e reduzissem a dependência dos atravessadores. Para isso, adotou uma abordagem integrada, combinando investimento em infraestrutura, políticas de fomento produtivo e apoio à organização social das comunidades (COSTA, 2010).

Um avanço relevante foi o fortalecimento da **Agência de Fomento do Amazonas-AFEAM (grifo nosso)**, que facilitou o acesso ao crédito para pequenos produtores rurais e extrativistas. Silva (2002) destaca que a AFEAM ofereceu linhas de crédito com condições diferenciadas, permitindo que agricultores e pescadores investissem em insumos, equipamentos e tecnologias, o que contribuiu para reduzir a vulnerabilidade econômica e a necessidade de recorrer aos atravessadores.

Além disso, o governo investiu na melhoria da logística, ampliando a malha rodoviária vicinal, fortalecendo o transporte fluvial com novas embarcações e aprimorando a infraestrutura aeroportuária regional. Essas medidas facilitaram o escoamento da produção local, favorecendo a comercialização direta e o fortalecimento das cadeias produtivas locais. (COSTA, 2010)

O incentivo à diversificação econômica também foi um ponto central, com projetos voltados para a piscicultura, agropecuária familiar e manejo sustentável dos recursos naturais. Menezes (2010) aponta que essas iniciativas buscavam criar alternativas econômicas viáveis para diminuir a dependência da extração predatória e da intermediação dos atravessadores.

Porém, o projeto enfrentou limitações estruturais, como problemas burocráticos, fragilidade institucional e dificuldades em consolidar redes cooperativas fortes o suficiente para substituir totalmente os atravessadores. A SUDAM (2005) destaca que a continuidade política e o suporte técnico ainda eram insuficientes para promover uma transformação profunda nas dinâmicas econômicas da região.

Assim, o segundo governo de Amazonino Mendes, por meio do Projeto Terceiro Ciclo, representou um esforço significativo para descentralizar o desenvolvimento, promover a inclusão das comunidades ribeirinhas e reduzir a influência dos atravessadores. Apesar dos avanços, os desafios estruturais evidenciam a complexidade da transformação social e econômica na Amazônia.

Atualmente

Na atualidade, a figura do atravessador ainda é uma realidade presente em diversas cadeias produtivas da Amazônia. Apesar dos avanços em comunicação e transporte, muitas comunidades ribeirinhas, indígenas e periurbanas continuam dependendo desses intermediários para comercializar seus produtos. O acesso limitado a mercados, a falta de infraestrutura e o baixo nível de organização comunitária são alguns dos fatores que mantêm esse modelo em funcionamento.

Estudos recentes, como os de (Freitas e Silva, 2021), mostram que atravessadores modernos atuam tanto em cadeias extrativistas (como a do açaí, castanha, pirarucu) quanto em cadeias urbanas, como a do artesanato e do turismo. Eles compram a produção por preços abaixo do mercado e revendem com alta margem de lucro, dificultando a sustentabilidade econômica das comunidades produtoras.

Iniciativas de agricultura familiar, turismo de base comunitária e cooperativismo têm buscado alternativas para romper com essa dependência. Programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) contribuem nesse sentido ao permitir a venda direta para o governo. No entanto, ainda há desafios de gestão, logística e capacitação. Muitas das dificuldades enfrentadas pelas comunidades têm raízes históricas, desde o tempo dos regatões. A ausência de políticas públicas continuadas e adaptadas à realidade amazônica reforça a manutenção de relações desiguais. A figura do atravessador contemporâneo não é mais o regatão tradicional, mas agentes empresariais ou atravessadores urbanos que ocupam a mesma função econômica.

Mesmo com o crescimento da economia solidária, muitos produtores ainda se veem obrigados a recorrer aos atravessadores por falta de alternativas viáveis. A intermediação comercial continua sendo uma barreira para o desenvolvimento local, pois captura parte significativa da renda gerada nas periferias urbanas e rurais.

Portanto, compreender a permanência da figura do atravessador na Amazônia é essencial para a formulação de políticas públicas efetivas. Somente por meio da valorização das cadeias produtivas locais, do fortalecimento das cooperativas e do acesso direto ao mercado será possível romper com as heranças históricas de exploração.

Figura 2: Cronologia da Intermediação Comercial na Amazônia.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Fortalecimento do Cooperativismo e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

A persistência da atuação dos atravessadores nas cadeias produtivas amazônicas revela fragilidades estruturais nos mecanismos de organização e comercialização das comunidades tradicionais. Nesse contexto, o fortalecimento do cooperativismo e dos Arranjos Produtivos Locais-APLs, configura-se como uma estratégia institucional viável para mitigar as desigualdades de acesso ao mercado e promover o desenvolvimento socioeconômico de base comunitária.

As cooperativas, conforme destacam Souza e Silva (2020), desempenham papel fundamental na democratização das relações econômicas ao permitir que pequenos produtores acessem mercados institucionais e privados de forma organizada e autônoma. A estrutura cooperativa possibilita ganhos de escala, maior poder de barganha e distribuição equitativa dos resultados entre os associados, favorecendo a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

No caso da Amazônia, experiências como a dos extrativistas de Lábrea (AM) evidenciam que a formação de cooperativas pode viabilizar práticas de autogestão, superação da dependência comercial e valorização de produtos oriundos do extrativismo sustentável *Deusto Journal of Human Rights* (2022). Essas práticas, além de promover autonomia econômica, contribuem para a conservação ambiental e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

Adicionalmente, os Arranjos Produtivos Locais-APLs, favorecem a articulação entre agentes produtivos, instituições de pesquisa, órgãos públicos e entidades de fomento. Segundo dados do Programa Copaifbas (2023), os APLs vêm se consolidando como plataformas para o fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade, por meio da agregação de valor, certificação de origem e inserção em mercados diferenciados. A governança colaborativa dos APLs fortalece a capacidade de inovação e gestão das comunidades envolvidas.

Entretanto, a efetividade dessas estratégias está condicionada à superação de desafios históricos, como a carência de infraestrutura logística, a baixa qualificação gerencial e o acesso restrito ao crédito. De acordo com o IDAM (2024), a assistência técnica, a capacitação continuada e o apoio à comercialização direta são elementos-chave para a consolidação de sistemas cooperativos eficientes e sustentáveis. Nesse sentido, iniciativas como a parceria entre IDAM, OCB, SEBRAE e MAPA para o fortalecimento da avicultura e da citricultura no Amazonas têm gerado impactos positivos na reestruturação das cadeias produtivas regionais (Thomaz Rural, 2024).

Em síntese, o fortalecimento do cooperativismo e dos APLs representa uma alternativa viável ao modelo tradicional de intermediação comercial. A organização coletiva, aliada a políticas públicas eficazes e à valorização dos saberes locais, pode romper com a lógica histórica de exploração e viabilizar o desenvolvimento regional sustentável, com equidade e protagonismo das populações amazônicas.

III. Metodologia

A presente pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, teve como universo investigativo os atores envolvidos na cadeia produtiva do extrativismo ribeirinho no estado do Amazonas. O foco recaiu sobre as comunidades tradicionais que realizam a coleta de produtos da sociobiodiversidade, bem como sobre os atravessadores e agentes institucionais que intermedeiam ou regulam essas relações comerciais. Busca-se

compreender a lógica socioeconômica que estrutura essa cadeia, com ênfase na atuação dos intermediários e seus impactos sobre a autonomia produtiva dos ribeirinhos e o desenvolvimento regional.

O recorte territorial e temporal da pesquisa contemplou três períodos estratégicos: o Ciclo da Borracha (final do século XIX e início do XX), o modelo de desenvolvimento promovido pela Zona Franca de Manaus a partir da década de 1960 e a atual conjuntura pós-pandemia, marcada por novas dinâmicas comerciais e disputas sobre os bens comuns. Essa delimitação permite a análise diacrônica das transformações nas formas de intermediação e seus efeitos sobre os modos de vida amazônicos, favorecendo a identificação de permanências, rupturas e inovações institucionais nas cadeias produtivas.

A amostragem utilizada foi do tipo não probabilística e intencional, conforme os pressupostos da abordagem qualitativa. Foram selecionados sujeitos e documentos que apresentam densidade teórica, relevância empírica e conexão direta com o objeto de estudo. O principal critério de inclusão foi a atuação ativa na cadeia do extrativismo ou em iniciativas voltadas à sua regulação, organização ou transformação. Buscou-se captar diferentes perspectivas sobre os mecanismos de intermediação e as alternativas existentes para maior equidade na distribuição de valor.

A amostra foi composta por documentos acadêmicos, relatórios técnicos, legislações e bases de dados institucionais pertinentes ao extrativismo e ao desenvolvimento territorial sustentável. A definição do corpus foi flexível e guiada pelo critério de saturação teórica, ou seja, a coleta de dados se encerrou quando as informações reunidas foram suficientes para sustentar a análise crítica e fundamentada dos fenômenos investigados. Essa postura metodológica buscou assegurar robustez interpretativa e aderência ao contexto amazônico.

Como instrumentos principais de coleta de dados, foram utilizados a análise documental e a revisão bibliográfica crítica, ambos compatíveis com os objetivos exploratórios e descritivos da investigação. A análise documental contemplou o exame de fontes primárias e secundárias, como legislações, planos de desenvolvimento regional, relatórios institucionais, dados estatísticos (IBGE, SUDAM, INPE, entre outros), atas de reuniões comunitárias, contratos e registros históricos sobre a cadeia produtiva extrativista. Esses documentos permitiram identificar o papel dos atravessadores ao longo do tempo e seus impactos econômicos e sociais.

A revisão bibliográfica crítica foi realizada a partir da seleção de publicações científicas disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais. Foram priorizados autores que abordam as dinâmicas socioeconômicas do extrativismo amazônico, modelos de intermediação comercial e gestão de cadeias produtivas sustentáveis. A coleta seguiu uma lógica seletiva, analítica e crítica, com foco na construção de categorias interpretativas que sustentaram a análise teórica e empírica do objeto.

Na pré-análise, os documentos selecionados passarão por uma leitura flutuante, com o objetivo de organizar e delimitar o corpus da pesquisa. Em seguida, os dados foram codificados e agrupados em categorias temáticas, orientadas pelos objetivos e pelas questões da pesquisa. Os eixos centrais de categorização incluirão: intermediação comercial, assimetrias de poder, vulnerabilidade institucional, sustentabilidade e justiça econômica. A sistematização será feita com o auxílio de fichamentos analíticos e matrizes de análise.

Na etapa de interpretação, adotou uma perspectiva crítica que busca evidenciar as relações entre os elementos analisados e o contexto socioeconômico amazônico. A análise procurará identificar padrões, contradições, recorrências e lacunas nos dados, permitindo a elaboração de diagnósticos sobre os efeitos das práticas de intermediação e suas implicações nos arranjos produtivos locais. Todo o processo foi orientado por critérios de rigor metodológico, validade interpretativa e coerência teórica, garantindo que os achados contribuíssem efetivamente para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à sustentabilidade das cadeias produtivas na região.

IV. Resultados

A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar padrões recorrentes de desigualdade nas relações comerciais que envolvem os produtores ribeirinhos da Amazônia e os agentes intermediários. A literatura consultada evidencia que a atuação dos atravessadores está historicamente associada a práticas de intermediação assimétrica, em que o produtor é colocado em posição subalterna na cadeia de valor. Essa dinâmica reitera a Hipótese 1, ao demonstrar que os atravessadores concentram ganhos ao impor preços depreciados na compra de produtos agroextrativistas, o que compromete a margem de lucro dos ribeirinhos e contribui para a concentração de renda.

As produções científicas utilizadas ressaltam que essa estrutura é perpetuada pela ausência de políticas públicas efetivas que promovam canais alternativos de comercialização direta. A escassez de incentivos ao associativismo, de infraestrutura logística e de assistência técnica continuada fortalece a dependência dos produtores em relação aos intermediários tradicionais, o que valida a Hipótese 2. Essa lacuna institucional configura uma invisibilidade operacional dos ribeirinhos, cuja atuação permanece marginalizada nos arranjos comerciais convencionais.

Por outro lado, estas mesmas indicam que experiências exitosas de organização produtiva por meio de cooperativas, associações e redes de economia solidária têm contribuído para o fortalecimento da autonomia

econômica das comunidades extrativistas. Modelos coletivos permitem maior controle sobre a produção, agregação de valor e inserção em mercados diferenciados, especialmente quando articulados a políticas públicas orientadas à inclusão produtiva. Tais resultados confirmam a Hipótese 3, indicando que a cooperação estruturada pode mitigar práticas de intermediação exploratória e fomentar processos de emancipação econômica no território amazônico.

Nesse contexto, destaca-se a importância de programas como o CapGestão Amazônia, concebido como uma ferramenta de fortalecimento das capacidades locais de gestão e comercialização. Fruto da parceria entre UEA, UFAM, IFAM e GIZ, esse projeto foi desenhado com base nas especificidades do bioma amazônico, oferecendo formação técnica e metodológica para agentes da ATER. A atuação dessa iniciativa promove o empoderamento dos empreendimentos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, viabilizando o acesso qualificado a mercados e favorecendo a gestão autônoma dos empreendimentos locais.

De forma complementar, o projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável, articulado ao MDA, GIZ, IPAM e Eco Consult, insere-se como estratégia de promoção de cadeias produtivas sustentáveis, baseadas em justiça socioambiental e inclusão territorial. A partir da literatura, percebe-se que tais iniciativas contribuem para reduzir os efeitos negativos da intermediação convencional, por meio do fortalecimento das capacidades organizativas e da inserção qualificada em mercados que reconhecem o valor socioambiental dos produtos extrativistas amazônicos.

Conclui-se, portanto, que a literatura revisada endossa a necessidade de reposicionar os ribeirinhos na cadeia de valor agroextrativista mediante políticas públicas integradas, modelos organizativos solidários e estratégias formativas adequadas às especificidades da Amazônia. A superação da invisibilidade produtiva e da precarização histórica requer, sobretudo, o fortalecimento da ação coletiva e a reconfiguração das lógicas comerciais dominantes a partir de uma perspectiva de justiça econômica e sustentabilidade territorial.

V. Considerações Finais

A pesquisa realizada permitiu uma compreensão crítica sobre a atuação dos atravessadores nas cadeias produtivas do extrativismo ribeirinho no Amazonas, revelando os complexos mecanismos de intermediação comercial que influenciam diretamente a autonomia econômica das comunidades locais e o equilíbrio socioambiental da região. Ao adotar uma perspectiva fundamentada nos princípios da justiça econômica e da sustentabilidade, foi possível evidenciar que, embora a figura do atravessador cumpra uma função logística essencial, ela também perpetua dinâmicas de dependência, informalidade e concentração de poder econômico.

Ficou evidente que a ausência de infraestrutura adequada, a precariedade das políticas públicas voltadas à comercialização direta e a baixa capacidade organizativa dos produtores contribuem para a permanência dessa intermediação desigual. Além disso, a fragilidade institucional e a marginalização histórica das populações ribeirinhas dificultam o acesso a incentivos estatais e programas de fomento à economia local, o que impede a consolidação de mercados mais justos e transparentes. Tais fatores acentuam as assimetrias nas cadeias produtivas, minando os esforços de conservação ambiental e de valorização do conhecimento tradicional.

Nesse cenário, iniciativas baseadas em economia solidária, como cooperativas e associações comunitárias, demonstram potencial para reverter esse quadro. Elas funcionam como alternativas à lógica predatória dos atravessadores, ao promoverem uma repartição mais equitativa dos ganhos, fortalecerem os laços de solidariedade entre os produtores e ampliarem o controle social sobre os meios de produção e comercialização. Contudo, seu fortalecimento exige o apoio contínuo do Estado, por meio de políticas públicas integradas, capacitação técnica, acesso ao crédito e investimentos em infraestrutura e logística sustentável.

No campo ambiental, a atuação desregulada dos atravessadores pode agravar práticas extrativistas insustentáveis, incentivando a exploração predatória dos recursos naturais em detrimento de estratégias de manejo responsável. Assim, uma abordagem territorial que articule justiça econômica, governança participativa e preservação ambiental se faz imprescindível para garantir a reprodução social dos modos de vida tradicionais e a conservação da biodiversidade amazônica.

Em síntese, o enfrentamento dos efeitos perversos da intermediação comercial no extrativismo ribeirinho passa pela construção de arranjos institucionais mais inclusivos e pela valorização do protagonismo das comunidades locais. Somente com uma ação conjunta entre Estado, sociedade civil e organizações comunitárias será possível alcançar um modelo de desenvolvimento que respeite as especificidades da Amazônia.

Referências

- [1] ALLEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social De Políticas Ambientais: Chico Mendes E O Movimento Dos Seringueiros. *Desenvolvimento E Meio Ambiente*, Curitiba, N. 1, P. 19-26, Jan./Jul. 2000. Disponível Em: <https://Acervo.Socioambiental.Org/Sites/Default/Files/Documents/04T00006.Pdf>. Acesso Em: 17 Abr. 2025.
- [2] ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno De. Territórios E Territorialidades Específicas: Por Uma Geografia Das Populações Tradicionais Na Amazônia. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, V. 3, N. 1, P. 19-33, 2008. Disponível Em: <https://Www.Scielo.Br/J/Bgoeldi/A/Sd8DwjpxBfb3HKpS4kp9zwS>. Acesso Em: 17 Abr. 2025.
- [3] ALMEIDA, Alice Da Cruz. Entre As Margens Dos Rios E As Marchas Da História: Espaço E Sociedade Ribeirinha Na Amazônia. *Dossiê – Entre As Margens Dos Rios E As Marchas Da História*, 2017.

- [4] ARAÚJO, João Maciel De. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas E A Expansão Do Agronegócio: Ancestralidades E Atualidade Da Condição Camponesa Nos Vales Do Madeira E Purus. *Opsis*, V. 22, N. 2, 2024. Disponível Em: <https://Periodicos.Ufcg.br/Index.Php/Opsis/Article/View/74792>. Acesso Em: 04 Abr. 2025.
- [5] BARDIN, Laurence. *Análise De Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- [6] BATISTA, V. S. Análise Da Comercialização Do Pescado Em Manaus. *Acta Amazonica*, V. 35, N. 3, P. 377–386, 1998. Disponível Em: <https://Acta.Inpa.Gov.Br/Fasciculos/35-3/BODY/V35n3a10.Html>. Acesso Em: 4 Abr. 2025.
- [7] BRASIL. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Cadeias Produtivas Sustentáveis Na Amazônia: Desafios E Oportunidades. *Revista Tempo Do Mundo*, V. 3, N. 2, P. 89-110, 2011. Disponível Em: <https://Www.Ipea.Gov.Br/Revistas/Index.Php/Rtm/Article/View/333>. Acesso Em: 4 Abr. 2025.
- [8] BRASIL. Instituto De Desenvolvimento Agropecuário E Florestal Sustentável Do Estado Do Amazonas (IDAM). IDAM Incentiva Aperfeiçoamento Da Cadeia Produtiva Do Citros. Manaus: Governo Do Estado Do Amazonas, 2024. Disponível Em: <https://Www.Idam.Am.Gov.Br/Idam-Incentiva-Aperfeiçoamento-Da-Cadeia-Produtiva-Do-Citros/>. Acesso Em: 05 Abr. 2025.
- [9] BROSE, Marcelo Eduardo. Cadeias Produtivas Sustentáveis No Desenvolvimento Territorial: A Castanha Na Bolívia E No Acre, Brasil. *Interações (Campo Grande)*, V. 17, N. 1, P. 51–60, 2016. Disponível Em: <https://Www.Scielo.Br/J/Inter/A/Yfcfsxfnfhpjmbvpltcgfr/>. Acesso Em: 04 Abr. 2025.
- [10] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estudo Identifica Que Zona Franca De Manaus É Fundamental Para O Desenvolvimento Da Região. 2019. Disponível Em: <https://Www.Camara.Leg.Br/Noticias/557970-Estudo-Identifica-Que-Zona-Franca-De-Manaus-E-Fundamental-Para-O-Desenvolvimento-Da-Regiao>. Acesso Em: 01 Maio 2025.
- [11] CHAMON, Carlos. *Educação Do Campo E Movimentos Sociais No Brasil: Limites E Perspectivas*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- [12] COELHO, Mônica De Carvalho. *Pequenos Produtores De Frutas Tropicais Na Amazônia: Uma Análise Da Cadeia Produtiva E Das Estratégias De Reprodução Social*. Tese (Doutorado Em Ciências Sociais) – Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2005. Disponível Em: <http://Repositorio.Unicamp.Br/Jspui/Handle/REPOSIP/277410>. Acesso Em: 05 Abr. 2025.
- [13] COSTA, Deyse Luciana Silva. O Processo De Desterritorialização Da Comunidade São Raimundo (AM) E A Luta Por Direitos. *Revista NERA*, V. 22, N. 49, P. 427-446, Jan./Abr. 2019. Disponível Em: <https://Revista.Fct.Unesp.Br/Index.Php/Nera/Article/View/7002>. Acesso Em: 05 Abr. 2025.
- [14] COSTA, J. A. *Desenvolvimento Regional Na Amazônia: Desafios E Perspectivas*. Manaus: Editora Da Universidade Do Amazonas, 2010.
- [15] COSTA, Leandro Silva Da. Dinâmicas Das Cadeias Produtivas E A Sustentabilidade Socioeconômica Na Amazônia. *Revista De Estudos Amazônicos*, V. 4, N. 2, P. 45-60, 2020. Disponível Em: <https://Revistas.Ufpa.Br/Index.Php/Amazonia/Article/View/8299>. Acesso Em: 06 Abr. 2025.
- [16] FREITAS, Alessandra. *Cadeia Produtiva Do Açá: Potencial De Desenvolvimento Regional E Sustentabilidade Na Amazônia Brasileira*. Dissertação (Mestrado Em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Do Pará, Belém, 2018. Disponível Em: <https://Repositorio.Ufpa.Br/Jspui/Handle/2011/10857>. Acesso Em: 06 Abr. 2025.